

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2010

Senhores Acionistas

A Administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes aos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Mensagem da Administração

A Ecopistas é responsável pela administração do corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão. Esta nova concessão está alinhada com a estratégia do Grupo EcoRodovias de sermos um grupo atuante na área de infraestrutura logística.

Por mais este ano, a Ecopistas só tem a agradecer aos seus acionistas, colaboradores, usuários, fornecedores, órgãos reguladores e demais parceiros, pela confiança, apoio e por contribuírem com esta história de sucesso.

ADOÇÃO DAS NOVAS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS – *International Financial Reporting Standards*) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB. Essas demonstrações financeiras consolidadas são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS). Os efeitos da adoção do IFRS e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) estão apresentados na nota nº 4 das Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

PERFIL DA COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

RESULTADOS ECONÔMICOS E FINANCEIROS

RECEITA BRUTA

A Receita bruta da Companhia totalizou R\$263,1 milhões um aumento de 191,7% com relação ao mesmo período de 2009.

Receita Bruta (em milhões de R\$)	2010	2009	Var.
Receita com arrecadação de pedágio	165,1	68,8	139,9%
Receita acessórias	8,9	2,4	275,6%
Receita de Construção	89,1	19,0	368,7%
	263,1	90,2	191,7%

- **Receitas de Pedágios:** em 2010 a receita bruta consolidada atingiu R\$165,1 milhões.

- **Receitas Acessórias:** estas receitas acessórias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões.

- **Receita de Construção:** conforme estabelecido pelo ICPC 01 (Interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis) – Contratos de Concessão, a realização de obras e melhorias na infraestrutura rodoviária foi considerada como receita de construção, a valor justo. A Companhia entende que os valores contratados de terceiros para realização dessas obras estão estabelecidos a valor de mercado, e por tanto não reconhece margem de lucro nas atividades de construção

RECEITA LÍQUIDA

A Receita líquida atingiu R\$248,1 milhões em 2010. As deduções sobre a receita bruta atingiram R\$14,9 milhões em 2010. A receita líquida sem os efeitos do ICPC-01 foi de R\$159,0 milhões.

TRÁFEGO

O tráfego total em veículos equivalentes pagantes totalizou 70,1 milhões em 2010. O tráfego de veículos de passeio correspondeu a 66,7% do tráfego total.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Em 2010 os custos e despesas atingiram R\$171,3 milhões.

As principais variações ocorreram principalmente por: (i) consolidação em 2010, de 12 meses dos custos operacionais e despesas administrativas da Ecopistas, (ii) incrementos dos serviços de manutenção, obras de conservação e recuperação de viadutos e sinalizações de segurança nas rodovias; (iii) aumento dos custos com amortização devido a conclusão de novas obras na Companhia e (iv) aumento da provisão de custo futuros de manutenção da infraestrutura rodoviária e no custo de construção de obras, sendo essas duas últimas decorrentes da aplicação das normas contábeis internacionais - IFRS.

EBITDA e MARGEM EBITDA

Considerando os efeitos da aplicação do IFRS em 2010, o EBITDA totalizou R\$92,8 milhões, crescimento de 158,5% em relação aos R\$35,9 milhões obtidos em 2009.

A margem EBITDA passa a ser calculada considerando o EBITDA apurado com base nas novas normas contábeis (IFRS), onde é determinado que a Receita de Construção é parte do saldo da Receita Líquida e o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção são partes integrantes do saldo dos Custos dos Serviços Prestados. Desta forma, a margem EBITDA atingiu 37,4% em 2010, em linha com o mesmo valor obtido em 2009.

Para fins comparativos, apresentamos também, o EBITDA Ajustado desconsiderando os efeitos da adoção do IFRS, ou seja, **excluindo a Receita de Construção do saldo da Receita Líquida e excluindo o Custo de Construção e a Provisão para Manutenção do saldo dos Custos dos Serviços Prestados, mantendo desta forma as mesmas bases de comparação ao padrão contábil anteriormente vigente.**

EBITDA IFRS (em milhões de R\$)	2010	2009
Lucro líquido	9,7	(2,5)
Depreciação e amortização	16,0	5,4
Resultado financeiro	62,0	34,2
Imposto de renda e contribuição social	5,1	(1,3)
EBITDA IFRS	92,8	35,9
Margem EBITDA IFRS	37,4%	42,7%

EBITDA Ajustado sem IFRS (em milhões de R\$)	2010	2009
EBITDA IFRS	92,8	35,9
Receita de construção	(89,1)	(19,0)
Custos de construção	89,1	19,0
Provisão para manutenção	2,3	0,8
EBITDA Ajustado	95,1	36,6
Margem EBITDA Ajustada	59,8%	56,3%

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido em 2010 apresentou despesa de R\$61,9 milhões. As principais variações são relativas à juros das notas promissórias, posto que em 2010 foram considerados doze meses de juros, enquanto em 2009 apenas seis meses .

LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

Em 2010, o lucro líquido atingiu R\$9,7 milhões, alcançando uma margem líquida de lucro de 3,9%.

DISPONIBILIDADE E ENDIVIDAMENTO

A EcoRodovias encerrou dezembro de 2010 com saldo de caixa disponível e aplicações financeiras de R\$367,7 milhões. A dívida bruta da EcoRodovias atingiu R\$373,3 milhões em 31 de dezembro de 2010.

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados pela Companhia em 2010 totalizou de R\$107,3 milhões.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Grupo EcoRodovias se compromete, ao adotar as melhores práticas de governança corporativa, com a eficiência e a transparência de sua gestão e o firme propósito de criar valor para seus acionistas, uma vez que o objetivo é fazer com que as decisões sejam tomadas visando o melhor interesse da empresa a longo prazo.

Seguimos as práticas recomendadas pelo “Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa” do IBGC, dentre as quais destacam-se: Código de Conduta Empresarial aprovado pelo Conselho de Administração; transparência na divulgação dos resultados; cargos de presidente do conselho de administração e de executivo principal da companhia ocupados por pessoas diferentes; contratação de

empresa de auditoria independente para a análise de balanços e demonstrativos financeiros; utilização de câmara de arbitragem para a resolução de conflitos societários; e política de divulgação de informações e manutenção de sigilo.

O Conselho de Administração é composto por sete membros, sendo um independente, e possuem mandatos unificados de dois anos. O Conselho de Administração conta com a assessoria dos Comitês de Auditoria, Avaliação e Remuneração, Ética, Sustentabilidade Corporativa e Governança.

A administração da companhia não possui vínculos com seus acionistas controladores e exercem uma gestão profissionalizada e compartilhada na busca sistemática de um consenso entre todos os seus membros, reforçando o conceito de órgão com decisões colegiadas.

GESTÃO DE PESSOAS

O Grupo EcoRodovias conquistou, em 2010, o direito de permanecer por mais um ano no restrito grupo de empresas que se diferenciam no mercado pela excelência da sua gestão de pessoas. Pela segunda vez consecutiva, está entre as 150 melhores empresas para se trabalhar no Brasil, de acordo com pesquisa da Revista Exame/Você S.A, e entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional. A área de Recursos Humanos prioriza programas que visam ao bem estar dos colaboradores, com destaque para o Programa de Formação de Líderes, que busca o desenvolvimento de competências dos colaboradores.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Por meio de práticas e conceitos predefinidos na Política de Responsabilidade Social, aprovada pelo Conselho de Administração, a EcoRodovias adota iniciativas que representam efetiva contribuição para o desenvolvimento sociocultural de diversos públicos de relacionamento, com ênfase para as comunidades lindeiras, usuários e colaboradores.

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do grupo, destaca-se o Ecoviver, programa que busca, de forma multidisciplinar, conscientizar crianças e jovens das escolas públicas dos municípios no entorno das rodovias administradas pelo grupo a necessidade de se dar uma destinação correta aos resíduos. Desde 2006, quando foi criado, o projeto já atendeu cerca de 151 mil crianças em mais de 18 cidades nos estados de atuação da EcoRodovias.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES

Em atendimento à instrução CVM 381/2003, informamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Deloitte Auditores Independentes prestou os seguintes serviços: Serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; Revisão dos controles internos; Revisão Especial das Informações Trimestrais preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil; e auditoria contábil das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade - International Financial Reporting Standards (IFRS). Adicionalmente a Companhia contratou serviços de seus auditores para o processo de oferta pública de debêntures.

***Concessionária das Rodovias
Ayrton Senna e Carvalho
Pinto S.A. - Ecopistas***

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2010 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Itaquaquecetuba - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ds Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 22 de março de 2011



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	Nota explicativa	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	5	5.656	80.667	Fornecedores		4.731	6.038
Clientes	6	9.448	6.678	Notas promissórias	13	373.337	351.756
Impostos a recuperar	7	147	804	Impostos, taxas e contribuições	12	1.999	1.573
Despesas antecipadas	8	1.064	3.036	Obrigações sociais		1.723	857
Outros créditos		<u>624</u>	<u>1.311</u>	Empresas relacionadas	14	107.196	265
Total do ativo circulante		<u>16.939</u>	<u>92.496</u>	Credor pela concessão	17	507	308.499
				Provisão para imposto de renda e contribuição social		837	-
NÃO CIRCULANTE				Provisão para construção de obras futuras	16	6.446	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	4.832	2.936	Dividendos a pagar	19.d	1.713	-
Despesas antecipadas		938	-	Outras contas a pagar		<u>9.978</u>	<u>1.582</u>
Imobilizado	9	16.832	11.991	Total do passivo circulante		<u>508.467</u>	<u>670.570</u>
Intangível	10	<u>679.180</u>	<u>594.115</u>	NÃO CIRCULANTE			
Total do ativo não circulante		701.782	609.042	Provisão para manutenção	15	3.196	766
				Provisão para construção de obras futuras	16	4.957	10.298
				Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	18	88	-
				Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.a	<u>4.788</u>	<u>1.656</u>
				Total do passivo não circulante		<u>13.029</u>	<u>12.720</u>
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social:			
				Subscrito	19.a	191.725	85.946
				A integralizar	19.a	-	(65.221)
				Reserva de lucros - legal	19.c	361	-
				Reserva de lucros - dividendos	19.d	5.139	-
				Prejuízos acumulados		-	(2.477)
				Total do patrimônio líquido		197.225	18.248
TOTAL DO ATIVO		<u>718.721</u>	<u>701.538</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>718.721</u>	<u>701.538</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA LÍQUIDA	20	248.060	84.054
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	21	(152.942)	(44.061)
LUCRO BRUTO		<u>95.118</u>	<u>39.993</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Pessoal	21	(6.789)	(3.144)
Despesas operacionais	21	(11.588)	(6.383)
Outras receitas, líquidas		<u>3</u>	<u>5</u>
		(18.374)	(9.522)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>76.744</u>	<u>30.471</u>
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	22	1.329	4.105
Despesas financeiras	22	<u>(63.323)</u>	<u>(38.333)</u>
		(61.994)	(34.228)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>14.750</u>	<u>(3.757)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	11.b	(2.134)	-
Diferidos	11.b	<u>(2.926)</u>	<u>1.280</u>
		(5.060)	1.280
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>9.690</u>	<u>(2.477)</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO POR AÇÃO (EM R\$) - BÁSICO	23	<u>0,09</u>	<u>(0,06)</u>

Resultados abrangentes

A Companhia não possui transações que requeiram a apresentação da demonstração do resultado abrangente.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social		Reserva de lucros		Prejuízos acumulados	Total
		Subscrito	A integralizar	Dividendos	Legal		
SALDOS EM 27 DE ABRIL DE 2009 2009		-	-	-	-	-	-
Subscrição de capital	19.a	85.946	(65.221)	-	-	-	20.725
Prejuízo do período		-	-	-	-	(2.477)	(2.477)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		85.946	(65.221)	-	-	(2.477)	18.248
Integralização de capital	19.a	(65.221)	65.221	-	-	-	-
Aumento de capital	19.a	171.000	-	-	-	-	171.000
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9.690	9.690
Destinação do lucro:							
Reserva legal	19.c	-	-	-	361	(361)	-
Dividendos obrigatórios (R\$0,01 por ação)	19.d	-	-	-	-	(1.713)	(1.713)
Constituição de reserva para distribuição de dividendos	19.d	-	-	5.139	-	(5.139)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010		<u>191.725</u>	<u>-</u>	<u>5.139</u>	<u>361</u>	<u>-</u>	<u>197.225</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
 PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
 (Em milhares de reais - R\$)

	31/12/2010	31/12/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	14.750	(3.757)
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:		
Depreciação e amortização	16.019	5.384
Baixa do ativo imobilizado	1.374	5
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos	39.849	19.842
Constituição de provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	93	-
Constituição de provisão para construção de obras futuras	1.105	-
Constituição de provisão para manutenção	2.430	766
Ajuste a valor presente - provisão para construção de obras	1.187	998
Variação monetária sobre credor pela concessão	17.066	16.431
Impostos de renda e contribuição social diferidos	1.236	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:		
Clientes	(2.770)	(6.678)
Impostos a recuperar	657	(804)
Despesas antecipadas	1.972	(3.036)
Outros créditos	687	(1.311)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:		
Fornecedores	(1.307)	6.038
Obrigações sociais	866	857
Impostos, taxas e contribuições	426	1.573
Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	(5)	-
Outras contas a pagar	8.396	1.581
Juros pagos	(41.393)	(25.985)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.223)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>58.415</u>	<u>11.904</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Empresas relacionadas	106.931	265
Aquisição de imobilizado	(9.064)	(12.439)
Aquisição de intangível	(98.235)	(137.804)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(368)</u>	<u>(149.978)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de notas promissórias	721.000	696.775
Aumento de capital	171.000	20.725
Pagamento de credor pela concessão	(325.058)	(151.984)
Pagamento de notas promissórias	(700.000)	(346.775)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento	<u>(133.058)</u>	<u>218.741</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(75.011)</u>	<u>80.667</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	80.667	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5.656	80.667
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>(75.011)</u>	<u>80.667</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DE RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
RECEITAS		
Com arrecadação de pedágio	165.063	68.797
Com construção	89.057	18.999
Outras receitas	<u>8.935</u>	<u>2.379</u>
	<u>263.055</u>	<u>90.175</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)		
Custo dos serviços prestados	(128.798)	(39.667)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(11.509)	(22.159)
Outros	<u>3</u>	<u>5</u>
	<u>(140.304)</u>	<u>(61.821)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>122.751</u>	<u>28.354</u>
DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	(16.019)	(5.384)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>106.732</u>	<u>22.970</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		
Receitas financeiras	1.329	4.105
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u>108.061</u>	<u>27.075</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>108.061</u>	<u>27.075</u>
Pessoal	<u>15.861</u>	<u>7.654</u>
Remuneração direta	13.090	6.196
Benefícios	2.268	1.204
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	503	254
Impostos, taxas e contribuições	<u>20.055</u>	<u>4.524</u>
Federais	5.060	1.000
Municipais	14.995	3.524
Remuneração de capitais de terceiros	<u>62.455</u>	<u>17.374</u>
Juros	40.954	16.617
Aluguéis	-	757
Outras	21.501	-
Remuneração de capitais próprios	<u>9.690</u>	<u>(2.477)</u>
Lucro (prejuízo) do exercício	9.690	(2.477)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem:

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Essas demonstrações financeiras são as primeiras elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRSs”). Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia adotou as mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil introduzidas pelos pronunciamentos técnicos CPC 15 a 40. Os efeitos da adoção das IFRSs e dos novos pronunciamentos emitidos pelo CPC estão apresentados na nota explicativa nº 4.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

2.4. Instrumentos financeiros ativos

Podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

a) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras, e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

b) Aplicações financeiras

- Aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

- Aplicações financeiras mantidas para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

2.5. Imobilizado

Terrenos, edificações, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzido da depreciação e por perda por redução ao valor recuperável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados ao final da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.6. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

2.7. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

2.8. Passivos financeiros

- Instrumentos financeiros passivos não derivativos

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores e notas promissórias. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável, serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.9. Notas promissórias

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 13).

2.10. Tributação

a) Impostos correntes

A provisão para imposto de renda está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

b) Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição, não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

a) Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 18.

b) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme a base histórica de perda.

2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.

- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida com base no estágio de conclusão da obra realizada. Receita de operação ou serviço é reconhecida no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais e notas promissórias, conforme demonstrado na nota explicativa nº 22.

2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendo adicional proposto”, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 19).

2.16. Demonstração do valor adicionado

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras e como informação suplementar às demonstrações financeiras, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

Essa demonstração foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado de equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da demonstração apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.17. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas que emendam as normas e interpretações IFRSs emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010, sendo essas:

- a) IFRS 9 - Instrumentos Financeiros, emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.
- b) Modificações à IFRS 7 - Divulgações - Transferências de Ativos Financeiros (equivalente ao CPC 40) aumentam as exigências de divulgação de transações envolvendo transferências de ativos financeiros.
- c) Modificações à IAS 32 - Classificação de Direitos (equivalente ao CPC 39) abordam a classificação de determinados direitos denominados em moeda estrangeira como instrumento patrimonial ou passivo financeiro. Modificação à IAS 12 sobre impostos diferidos (recuperação dos ativos subjacentes): em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação da “IAS 12 - Income Taxes” denominada “Deferred Tax: Recovery of Underlying Assets”. A IAS 12 requer que uma entidade mensure os impostos diferidos relativos a um ativo dependendo de se a entidade espera recuperar o valor contábil do ativo por meio do uso ou da venda.
- d) Modificação à IFRS 1 sobre a eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs: em 20 de dezembro de 2010, o IASB emitiu a modificação à “IFRS 1 - First-time Adoption of International Financial Reporting Standards (IFRSs)”, que trata da eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs. O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às IFRSs novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, espera-se que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Administração da Companhia e de suas controladas entende que a aplicação de certos pronunciamentos mencionados a serem adotados nas suas demonstrações financeiras nas datas exigidas pode ter algum efeito sobre os saldos reportados anteriormente. No entanto, não é possível fornecer estimativa razoável desse efeito até que seja efetuada revisão detalhada à época da efetiva adoção.

3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas das IFRSs e as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Contabilização de contrato de concessão

Na contabilização do contrato de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito à aplicabilidade da interpretação técnica de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerado no contrato de concessão. As divulgações para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritas na nota explicativa nº 28.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento do ativo intangível com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em virtude da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar norte-americano, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, IPCs), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo de soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza mais de 50 modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente da realização de obras futuras.

Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas: a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, e empresa do Grupo que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente nas datas dos balanços, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste ao valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associadas. Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxo de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimativa para todo o período de concessão), descontados através da aplicação da taxa de desconto, que varia entre 9,62% e 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período.
- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 17.

Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2010 e de 2009.

4. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DOS NOVOS PRONUNCIAMENTOS EMITIDOS PELO CPC

Na preparação das suas demonstrações financeiras, a Companhia adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações e orientações técnicas emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM, que juntamente com as práticas contábeis incluídas na legislação societária brasileira são denominados como práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Companhia aplicou as políticas contábeis definidas na nota explicativa nº 2 em todos os períodos apresentados, o que inclui o balanço patrimonial de abertura em 31 de dezembro de 2009. Na mensuração dos ajustes e preparação desse balanço patrimonial de abertura, a Companhia aplicou os requerimentos constantes no CPC 43(R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40.

As conciliações para as práticas contábeis anteriores estão demonstradas como segue:

Balancos patrimoniais

Contas	Item	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP ANTERIOR	Efeito da adoção dos novos CPC	BR GAAP Reapresentado
ATIVO				
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa		80.667	-	80.667
Clientes		6.678	-	6.678
Despesas antecipadas		3.036	-	3.036
Impostos a recuperar		804	-	804
Outros créditos		<u>1.311</u>	<u>-</u>	<u>1.311</u>
Total do ativo circulante		92.496	-	92.496
Ativos não circulantes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(a)	2.572	364	2.936
Imobilizado	(a)	30.697	(18.706)	11.991
Intangível	(a)	<u>560.547</u>	<u>33.568</u>	<u>594.115</u>
Total do ativo não circulante		593.816	15.226	609.042
Total do ativo		<u>686.312</u>	<u>15.226</u>	<u>701.538</u>

Contas	Item	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP ANTERIOR	Efeito da adoção dos novos CPC	BR GAAP Reapresentado
PASSIVO				
Passivo circulante				
Fornecedores		6.038	-	6.038
Notas promissórias		351.756	-	351.756
Impostos, taxas e contribuições		1.573	-	1.573
Obrigações sociais		857	-	857
Empresas relacionadas		265	-	265
Credor pela concessão		308.499	-	308.499
Outras contas a pagar		<u>1.582</u>	-	<u>1.582</u>
Total do passivo circulante		670.570	-	670.570
Passivos não circulantes				
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	1.656	1.656
Provisão para manutenção		-	766	766
Provisão para construção de obras futuras		-	<u>10.298</u>	<u>10.298</u>
Total do passivo não circulante		-	12.720	12.720
Total do passivo				
Capital e reservas				
Capital social integralizado		20.725	-	20.725
Lucros (prejuízos) acumulados		(4.983)	2.506	(2.477)
Total do patrimônio líquido		15.742	2.506	18.248
Total do patrimônio líquido e passivo		<u>686.312</u>	<u>15.226</u>	<u>701.538</u>

Patrimônio líquido

Item	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)	
Total do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis anteriores		15.742
Contabilização dos contratos de concessão	(a)	2.506
Total dos ajustes no patrimônio líquido		<u>2.506</u>
Total do patrimônio líquido de acordo com o BR GAAP Reapresentado		<u>18.248</u>

Demonstração do resultado

Contas	Item	Período findo em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPCs	BR GAAP Reapresentado
Lucro bruto	(a)	35.198	4.795	39.993
Despesas gerais e administrativas		(9.527)	-	(9.527)
Outras receitas, líquidas		<u>5</u>	<u>-</u>	<u>5</u>
Lucro operacional antes do resultado financeiro	(a)	25.676	4.795	30.471
Resultado financeiro	(a)	<u>(33.230)</u>	<u>(998)</u>	<u>(34.228)</u>
Lucro (Prejuízo) antes de impostos	(a)	(7.554)	3.797	(3.757)
Imposto de renda e contribuição social	(a)	2.571	(1.291)	1.280
Prejuízo do exercício	(a)	<u>(4.983)</u>	<u>2.506</u>	<u>(2.477)</u>
		Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
	Item	Resultado antes dos impostos		Resultado do exercício
De acordo com as práticas contábeis anteriores			(7.554)	(4.983)
Contabilização dos contratos de concessão	(c)		<u>3.797</u>	<u>2.506</u>
Total dos ajustes ao resultado			<u>3.797</u>	<u>2.506</u>
De acordo com o BR GAAP Reapresentado			<u>(3.757)</u>	<u>(2.477)</u>

Fluxo de caixa

	Item	Em 31/12/2009 (data do último período apresentado de acordo com as práticas contábeis anteriores)		
		BR GAAP Anterior	Efeito da adoção dos novos CPC	BR GAAP Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais	(a)	12.168	(264)	11.904
Fluxo de caixa das atividades de investimento	(a)	(150.242)	264	(149.978)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento	(a)	218.741	-	218.741

Notas às reconciliações

A data de transição definida para fins de preparação das demonstrações financeiras em conformidade com os pronunciamentos contábeis foi 31 de dezembro de 2009. A Companhia preparou a reconciliação do patrimônio líquido e do resultado refletindo todos os ajustes requeridos pelas normas, sendo as principais, refletidas nos quadros anteriores, as seguintes:

a) ICPC 01 - Contratos de Concessão

Refere-se aos ajustes da ICPC 01, equivalente à interpretação técnica IFRIC 12 - Contratos de Concessão, em que foram considerados o estorno da amortização local, a amortização pela curva de tráfego, o registro da provisão para manutenção das obras, a reclassificação dos itens de concessão para o ativo intangível, o registro da receita de construção e respectivos custos atrelados, bem como os impactos dos impostos sobre tais ajustes.

b) Depósitos judiciais

De acordo com os CPC, os depósitos judiciais são apresentados como um ativo por não atenderem aos requerimentos para compensação entre ativos e passivos.

c) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Referem-se ao registro dos impostos diferidos sobre os ajustes aplicáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	1.670	2.608
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	<u>3.986</u>	<u>78.059</u>
	<u>5.656</u>	<u>80.667</u>

(*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas de 100% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

6. CLIENTES

Representados substancialmente por valores a vencer de pedágio eletrônico, locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Pedágio eletrônico	8.723	6.258
Cupons de pedágio	223	365
Outros	<u>502</u>	<u>55</u>
	<u>9.448</u>	<u>6.678</u>

Em 31 de dezembro de 2010 e de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
A vencer	<u>9.448</u>	<u>6.678</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	134	804
Outros impostos a recuperar	<u>13</u>	<u>-</u>
	<u>147</u>	<u>804</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2010 é de R\$1.064 (R\$3.036 em 31 de dezembro de 2009) e é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 27).

9. IMOBILIZADO

	<u>Hardware e equipamentos</u>	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Móveis e utensílios</u>	<u>Terrenos e edificações</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Saldo em 27 de abril de 2009	-	-	-	-	-	-
Adições	9.981	79	446	14	1.919	12.439
Transferências	(19)	-	-	-	19	-
Depreciação	(431)	(2)	(13)	-	(2)	(448)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>9.531</u>	<u>77</u>	<u>433</u>	<u>14</u>	<u>1.936</u>	<u>11.991</u>
Adições	8.048	215	353	235	213	9.064
Baixas	-	-	-	-	(1.374)	(1.374)
Transferências	-	-	-	-	-	-
Depreciação	<u>(2.751)</u>	<u>(21)</u>	<u>(55)</u>	<u>(8)</u>	<u>(14)</u>	<u>(2.849)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>14.828</u>	<u>271</u>	<u>731</u>	<u>241</u>	<u>761</u>	<u>16.832</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	20,0	10,0	10,0	17,6	-	

A Administração da Companhia, com base em laudos internos de engenharia, entende que seus ativos estão registrados próximos ao custo atribuído. Por esse motivo, não se constatou necessidade de reavaliar os valores dos ativos da Companhia.

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza

10. INTANGÍVEL

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Saldo em 27 de abril de 2009	-	-	-	-
Adições	598.726	-	330	599.056
Baixas	(5)	-	-	(5)
Amortização	(4.925)	-	(11)	(4.936)
Saldo em 31 de dezembro de 2009	<u>593.796</u>	<u>-</u>	<u>319</u>	<u>594.115</u>
Adições	64.406	33.343	486	98.235
Transferências	32.394	(32.394)	-	-
Amortização	(13.067)	-	(103)	(13.170)
Saldo em 31 de dezembro de 2010	<u>677.529</u>	<u>949</u>	<u>702</u>	<u>679.180</u>
Taxas anuais de depreciação (%)	(*)	-	5,0	-

(*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através da projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das perdas tributárias e cíveis e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	30	-
Provisão para manutenção/obras futuras	(4.344)	(1.291)
Prejuízos fiscais	4.802	2.533
Outros	<u>(44)</u>	<u>38</u>
	<u>44</u>	<u>1.280</u>
Ativo diferido	4.832	2.936
Passivo diferido	<u>(4.788)</u>	<u>(1.656)</u>
	<u>44</u>	<u>1.280</u>

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	(1.532)	-
Imposto de renda diferido	<u>(2.956)</u>	<u>960</u>
	<u>(4.488)</u>	<u>960</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	(602)	-
Contribuição social diferida	<u>30</u>	<u>320</u>
	<u>(572)</u>	<u>320</u>

c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	14.750	(3.757)
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(5.015)	1.277
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>(45)</u>	<u>3</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(5.060)</u>	<u>1.280</u>

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	901	842
Cofins	507	402
PIS	110	87
Outros	<u>481</u>	<u>242</u>
	<u>1.999</u>	<u>1.573</u>

13. NOTAS PROMISSÓRIAS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Itaú	Nacional	Dezembro de 2010	CDI + 1,2% a.a.	<u>373.337</u>	<u>351.756</u>

Em 8 de dezembro de 2010, a Companhia realizou a quinta distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37.100, perfazendo o valor total de R\$371.000, com vencimento em 120 dias da emissão e remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano. O contrato requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora EcoRodovias: a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, esta deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação da despesa financeira com o EBITDA menor que 1,35 ponto e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$450.000. Em 31 de dezembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos. Entre outras, em garantia das notas promissórias, a controlada Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios e ofereceu como garantia real a alienação fiduciária de 100% das ações detidas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. na Companhia, nos termos dos instrumentos particulares de contrato de coordenação, colocação e distribuição das notas promissórias, datados de 15 de dezembro de 2009 e 11 de junho de 2010, respectivamente (“Notas Promissórias Ecopistas”).

As taxas aplicáveis à remuneração das notas promissórias são conforme contrato. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as notas promissórias. As despesas com emissão serão amortizadas pelo prazo de 120 dias e registradas como resultado financeiro.

14. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2010, os saldos relativos a operações com empresas relacionadas estão apresentados a seguir:

<u>Balço patrimonial</u>	<u>Natureza</u>	Ativo não circulante	Passivo circulante	
		<u>Imobilizado</u>	<u>Contas a pagar</u>	<u>Mútuos</u>
Consórcio Planalto (a)	Outras partes relacionadas	57.886	-	-
CR Almeida S.A. Engenharia e Obras (b)	Outras partes relacionadas	-	87	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	-	557	106.552
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>57.886</u>	<u>644</u>	<u>106.552</u>
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>3.727</u>	<u>265</u>	<u>-</u>

<u>Demonstração do resultado</u>		Custos dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	Controladora direta	1.872	5.328
Total em 31 de dezembro de 2010		<u>1.872</u>	<u>5.328</u>
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>-</u>	<u>-</u>

- (a) O Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas à controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$56.772, incluindo o aditivo contratual. Em 31 de dezembro de 2010, há um saldo de R\$343 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem a atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.

- (b) A C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., empresa relacionada à controladora indireta da Companhia, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$5.370, o término do contrato foi em fevereiro de 2010 e os saldos em aberto referem-se a título de caução. Em 31 de dezembro de 2010, há um saldo de R\$286 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem a atualização monetária e não foram concedidas garantias aos credores.
- (c) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$7.200, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

Em 31 de setembro de 2010, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$563.

A Administração da Companhia convocará Assembleia Geral Ordinária - AGO dentro dos primeiros quatro meses de 2011, para, entre outras coisas, deliberar sobre a remuneração dos administradores para o exercício social a ser findo em 31 de dezembro de 2011. Adicionalmente, na mesma AGO, a Administração proporá aos acionistas a retificação do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 para o valor de R\$607, o qual foi efetivamente pago e refletido nas demonstrações financeiras. A diferença entre o valor aprovado e o valor efetivamente pago deu-se em virtude do pagamento de remuneração adicional de “performance”.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Salários e ordenados	369	177
Benefícios diretos e indiretos	<u>238</u>	<u>13</u>
	<u>607</u>	<u>190</u>

15. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, sendo ajustados a valor presente com a taxa de 10,73% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada cinco anos.

Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	4.332	1.117
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(1.136)</u>	<u>(351)</u>
	<u>3.196</u>	<u>766</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>3.196</u>	<u>766</u>

16. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao ativo intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas que variam entre 10,73% ao ano.

Em 31 de dezembro de 2010, o saldo é de R\$11.403 (R\$10.298 em 31 de dezembro de 2009) e está demonstrado a seguir:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Constituição da provisão para obras futuras	13.270	13.270
Ajuste a valor presente	<u>(1.867)</u>	<u>(2.972)</u>
	<u>11.403</u>	<u>10.298</u>
Circulante	<u>6.446</u>	<u>-</u>
Não circulante	<u>4.957</u>	<u>10.298</u>

17. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Parcelas fixas	-	308.097
Parcelas variáveis	<u>507</u>	<u>402</u>
	<u>507</u>	<u>308.499</u>

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, serão contratadas e mantidas em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

18. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

Os saldos da provisão são conforme segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2009</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>31/12/2010</u>
Cível (a)	-	80	-	80
Trabalhista (b)	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>(5)</u>	<u>8</u>
	<u>-</u>	<u>93</u>	<u>(5)</u>	<u>88</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem, principalmente, a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias.

(b) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado de R\$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, e a composição acionária é conforme segue:

Eventos societários

Em 27 de abril de 2009, quando da constituição da Companhia, o capital social foi integralizado em R\$1,00, correspondente a 1.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$85.945, correspondente a 85.945.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$85.946, correspondente a 85.946.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O saldo foi integralizado durante o exercício de 2010.

Em 31 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$19.779, correspondente a 19.779.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$105.725, correspondente a 105.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de junho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$34.000, correspondente a 34.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$139.725, correspondente a 139.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$24.500, correspondente a 24.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$164.225, correspondente a 164.225.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$27.500, correspondente a 27.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$191.725, correspondente a 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os aumentos de capital foram subscritos e totalmente integralizados pela acionista EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

b) Capital autorizado

Conforme o artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social, até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e as demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.

c) Reserva de lucros - legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

O cálculo dos dividendos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 é como segue:

	<u>31/12/2010</u>
Prejuízos acumulados	(2.477)
Lucro líquido do exercício	9.690
Reserva legal (5%)	<u>(361)</u>
Base de cálculo dos dividendos	<u>6.852</u>
Proposta da Administração:	
Dividendos mínimos obrigatórios	<u>1.713</u>
Dividendos adicionais – classificados como reserva de lucros	<u>5.139</u>

20. RECEITA LÍQUIDA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	81.573	37.155
Pedágio por equipamento eletrônico	78.970	30.048
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>4.520</u>	<u>1.594</u>
	165.063	68.797
Receita de construção	89.057	18.999
Receitas acessórias (*)	8.935	2.379
Receita bruta	<u>263.055</u>	<u>90.175</u>
Deduções da receita	(14.995)	(6.121)
Receita líquida	<u>248.060</u>	<u>84.054</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, publicidade, implantação e concessão de acessórias.

21. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS - POR NATUREZA

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Pessoal	15.861	7.654
Conservação e manutenção	10.271	3.598
Serviços de terceiros (*)	18.656	8.779
Seguros	4.338	2.570
Poder Concedente	5.220	2.135
Provisão para manutenção	2.349	766
Custos com construção	89.057	18.999
Depreciação e amortização	16.019	5.384
Outros	<u>9.548</u>	<u>3.703</u>
	<u>171.319</u>	<u>53.588</u>
Classificados como:		
Custo dos serviços prestados	152.942	44.061
Despesas com pessoal	6.789	3.144
Despesas gerais e administrativas	<u>11.588</u>	<u>6.383</u>
	<u>171.319</u>	<u>53.588</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

22. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.232	4.105
Outras	<u>97</u>	<u>-</u>
	<u>1.329</u>	<u>4.105</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre notas promissórias	(40.954)	(16.617)
Variação monetária sobre direito de outorga	(17.066)	(16.431)
Amortização de custos	-	(3.225)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção - ICPC 01	(1.187)	(998)
Outras	<u>(4.116)</u>	<u>(1.062)</u>
	<u>(63.323)</u>	<u>(38.333)</u>
Resultado financeiro	<u>(61.994)</u>	<u>(34.228)</u>

23. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro (prejuízo) básico por ação das operações	<u>0,09</u>	<u>(0,06)</u>

a) Lucro (prejuízo) básico por ação

O lucro (prejuízo) e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação são os seguintes:

	<u>31/12/2010</u>	<u>31/12/2009</u>
Lucro (prejuízo) do exercício atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro (prejuízo) básico por ação	<u>9.690</u>	<u>(2.477)</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação	<u>111.558</u>	<u>43.640</u>

b) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

24. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a participação nos lucros e resultados foi de R\$757, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

25. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia está exposta a diversos riscos financeiros: de mercado (incluindo risco de câmbio e de taxa de juros), de crédito e de liquidez, e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro, utilizando instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco.

A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas estratégicas definidas pela Administração da Companhia.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas e define limites percentuais de alocação de recursos e de valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificadas como mantidas para negociação. Em 31 de dezembro de 2010, as aplicações financeiras são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 100,8% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Notas promissórias: registradas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais acrescidos dos custos das transações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	9.448	9.448
Aplicações financeiras	3.985	3.985
Passivos:		
Notas promissórias	373.337	373.337
Credor pela concessão	507	507
Fornecedores	4.731	4.731

a) Risco de taxa de juros

O risco da taxa de juros da Companhia e de suas controladas decorre de aplicações financeiras e notas promissórias de curto e longo prazos.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

c) Risco de mercado

Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas.

d) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

e) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia está constantemente monitorando mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar suas atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de “performance”.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das notas promissórias contratadas pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Notas promissórias	Alta do CDI	<u>12.190</u>	<u>14.670</u>	<u>17.215</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (*)	<u>10,64%</u>	<u>13,30%</u>	<u>15,96%</u>

(*) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2010.

26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2010, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$96 (R\$41 em 31 de dezembro de 2009), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

27. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2010, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho/2010 a junho/2011	158.360
Responsabilidade civil	Junho/2010 a junho/2011	172.801
Riscos patrimoniais	Junho/2010 a junho/2011	1.831.295
Riscos - perda de receita	Junho/2010 a junho/2011	172.801
Riscos de engenharia	Junho/2010 a junho/2011	14.992

28. CONTRATO DE CONCESSÃO

A Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido na medida em que a Companhia tem o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>2010</u>	<u>2009</u>
Receita de construção	89.057	18.999
Custos de construção	<u>(89.057)</u>	<u>(18.999)</u>
	=====	=====

Em 31 de dezembro de 2010, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$387.702 (R\$391.703 em 31 de dezembro de 2009).

29. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda, contribuição social e dividendos pagos estão demonstradas na movimentação dos fluxos de caixa.

Não há transações que não afete o caixa em 31 de dezembro de 2010 e 2009.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011 foi autorizada à Companhia a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Companhia, no valor total de R\$350.000, podendo ser aumentado de forma proporcional entre as séries em até 5,71% com relação à quantidade originalmente oferecida tendo em vista a Opção de Debêntures Adicionais, conforme definidas a seguir (“Debêntures”, “Emissão” e “Oferta”, respectivamente), conforme os termos e as condições da “Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas” (“Escritura de Emissão”), cujos recursos líquidos serão integralmente destinados ao pagamento de parte do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da quinta emissão da Emissora no valor de R\$371.000. Os recursos para o pagamento do restante da dívida em questão serão provenientes de recursos do caixa da Companhia.

31. EFEITOS DA ADOÇÃO DAS IFRSs E DO CPC NO RESULTADO E NO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS TRIMESTRES FINDOS EM 2010 E 2009

32. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, até a data do arquivamento das Informações Trimestrais de 31 de março de 2011, a Companhia rerepresentará as suas Informações Trimestrais de 2010 de forma comparativa com as de 2009, a serem divulgadas em conjunto, como se esses novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicas já estivessem em vigor desde o início do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

A reconciliação dos efeitos dos ajustes é:

a) Lucro (prejuízo)

	31/12/2010				Total
	1ºtrimestre	2ºtrimestre	3ºtrimestre	4ºtrimestre	
Lucro (prejuízo) anteriormente reportado	(2.319)	387	2.801	2.898	3.767
Provisão para manutenção	(587)	(587)	(587)	(587)	(2.348)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	(21)	(21)	(21)	(21)	(84)
Ajuste a valor presente - provisão para obras futuras	(276)	(276)	(276)	(276)	(1.104)
Reversão da depreciação local	5.674	6.275	6.599	7.010	25.558
Depreciação - curva tráfego	(3.084)	(3.180)	(3.391)	(3.392)	(13.047)
Receita de construção de obras	39.376	24.640	12.907	12.134	89.057
Custos com construção de obras	(39.376)	(24.640)	(12.907)	(12.134)	(89.057)
Efeito dos impostos	(580)	(752)	(790)	(930)	(3.052)
Lucro (prejuízo) líquido rerepresentado	(1.193)	1.846	4.335	4.702	9.690

	31/12/2009				Total
	1ºtrimestre	2ºtrimestre	3ºtrimestre	4ºtrimestre	
Lucro (prejuízo) anteriormente reportado	-	(600)	(5.432)	1.049	(4.983)
Provisão para manutenção	-	(109)	(328)	(328)	(765)
Ajuste a valor presente - provisão para manutenção	-	-	-	-	-
Ajuste a valor presente - provisão para obras futuras	-	(143)	(428)	(428)	(999)
Reversão da depreciação local	-	1.647	4.981	3.858	10.486
Depreciação - curva tráfego	-	(704)	(2.111)	(2.111)	(4.926)
Receita de construção de obras	-	7	4.332	14.660	18.999
Custos com construção de obras	-	(7)	(4.332)	(14.660)	(18.999)
Efeito dos impostos	-	(234)	(719)	(337)	(1.290)
Lucro (prejuízo) líquido rerepresentado	-	(143)	(4.037)	1.703	(2.477)

b) Patrimônio líquido

	Saldo em 31/12/2009	31/12/2010			
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Patrimônio líquido anteriormente reportado	<u>15.742</u>	<u>44.424</u>	<u>132.810</u>	<u>187.611</u>	<u>188.087</u>
Provisão para manutenção	(765)	(1.373)	(1.981)	(2.589)	(3.197)
Provisão para obras futuras	(999)	(1.275)	(1.551)	(1.827)	(2.103)
Depreciação	5.560	8.150	11.245	14.453	18.071
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-
Efeito dos impostos	(1.290)	(1.870)	(2.622)	(3.412)	(4.342)
Patrimônio líquido reapresentado	<u>18.248</u>	<u>48.056</u>	<u>137.901</u>	<u>194.236</u>	<u>196.516</u>

	Saldo em 01/01/2009	31/12/2009			
		1º trimestre	2º trimestre	3º trimestre	4º trimestre
Patrimônio líquido anteriormente reportado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.125</u>	<u>14.694</u>	<u>15.742</u>
Provisão para manutenção	-	-	(109)	(437)	(765)
Provisão para obras futuras	-	-	(143)	(571)	(999)
Depreciação	-	-	943	3.813	5.560
Dividendos adicionais propostos	-	-	-	-	-
Efeito dos impostos	-	-	(234)	(953)	(1.290)
Patrimônio líquido reapresentado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>20.582</u>	<u>16.546</u>	<u>18.248</u>

Estas informações trimestrais foram sujeitas aos procedimentos de revisão especial aplicados pelos auditores independentes da Companhia de acordo com os requerimentos da CVM para informações trimestrais (NPA 06 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil), incluindo os ajustes decorrentes da adoção das novas práticas contábeis, não tendo sido, portanto, sujeitas aos procedimentos de auditoria.

33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 22 de março de 2011.



Declaração dos diretores

Após exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, bem como o relatório sem ressalvas da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a Diretoria aprovou as demonstrações financeiras em observância às disposições dos Incisos V e VI do Artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, declara que:

- Reviu, discutiu e concorda com as opiniões expressas no relatório emitido pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e
- Reviu, discutiu e concorda com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010.

Federico Botto
Diretor Presidente

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças

Flavio Viana de Freitas
Diretor de Relações com Investidores